



Análise das Interações do debate da TV Senado Live sobre a Lei da Alienação Parental - 12/09/2025 - Gerado por IA

Este relatório apresenta uma análise das **180 participações dos cidadãos** no debate interativo promovido pela TV Senado em 12/09/2025, sobre a Lei da Alienação Parental. O objetivo é fornecer aos senadores uma visão geral das principais opiniões, críticas e sugestões expressas pelo público, a fim de subsidiar as discussões sobre a manutenção, o aprimoramento ou a revogação da legislação.

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não refletem integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

Total de participações: 180

Temas principais:

- 1. Defesa da Manutenção e Aprimoramento da Lei (47%):** A maioria dos participantes defende a lei como uma ferramenta indispensável para proteger as crianças da manipulação psicológica de um dos genitores, garantindo o direito fundamental à convivência familiar com ambos os pais. Para este grupo, a revogação representaria um retrocesso e deixaria crianças e genitores alienados desamparados. A visão predominante é que a lei não deve ser extinta, mas sim aprimorada. As sugestões incluem a criminalização da alienação parental, a criação de punições mais severas para falsas denúncias — vistas como uma tática de vingança — e a

necessidade de o sistema judiciário aplicar a lei com mais rigor e celeridade.

Exemplo: “Única lei que protege as crianças de pais ou mães alienadoras! Não pode ser revogada de maneira alguma!” (GUSTAVO, RS)

2. Críticas à Lei e Defesa da Revogação (35%): Uma parcela expressiva dos cidadãos posiciona-se de forma contrária à legislação, argumentando que ela é baseada em uma "pseudoteoria" sem validação científica e que, na prática, serve para proteger agressores e silenciar denúncias de abuso. Segundo esses participantes, a lei é frequentemente usada por genitores abusadores para desqualificar as denúncias feitas por mães protetoras, invertendo a culpa e colocando as crianças em risco ao forçar a convivência com o agressor. Muitos citam que a lei revitimiza quem deveria ser protegido e que o Brasil estaria isolado internacionalmente ao manter uma legislação considerada prejudicial.

Exemplo: “Essa lei frequentemente favorece agressores e dificulta que crianças e mães denunciem abusos.” (VIVIANE, DF)

3. Preocupações com a Aplicação da Lei pelo Judiciário (16%): Este grupo de comentários concentra-se nos desafios e falhas na aplicação da lei pelo sistema de justiça. Os cidadãos questionam se o Judiciário está adequadamente preparado para diferenciar atos de alienação parental de conflitos familiares comuns ou de denúncias legítimas de violência. A preocupação central é com a qualidade e a imparcialidade dos laudos técnicos (psicológicos e sociais), a falta de equipes multidisciplinares capacitadas em número suficiente e a necessidade de critérios técnicos claros para evitar que a lei seja instrumentalizada como estratégia processual. A eficácia da lei na proteção do melhor interesse da criança é posta em dúvida devido a essas falhas operacionais.

Exemplo: “Como garantir equipes multidisciplinares suficientes e capacitadas para avaliar os casos?” (ALAN, TO)

4. Outros (2%): Uma pequena fração das interações abordou temas que não têm relação direta com a Lei da Alienação Parental, como o abandono de idosos com transtornos mentais e a responsabilidade familiar e do Estado nesses casos.

Exemplo: “*O que a lei prevê para abandono de idosos com transtornos mentais? Família tem responsabilidade legal?*” (JOSE, RJ)

Em conclusão, o debate revelou uma forte polarização de opiniões sobre a Lei da Alienação Parental, com um debate centralizado na dicotomia entre a defesa da lei como um instrumento crucial para a proteção da criança e a crítica de que ela serve para proteger agressores e silenciar vítimas. As preocupações com a aplicação da lei pelo Judiciário e a qualidade dos laudos técnicos surgiram como um tema transversal e relevante. Os posicionamentos oscilaram entre a necessidade de aprimorar a legislação para torná-la mais eficaz e a defesa de sua completa revogação por ser considerada prejudicial.

Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página:

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=35605>